

**COMISSÃO PERMANENTE DE FINANÇAS,  
ORÇAMENTO E FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA**

**AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 2007.**

Presidência do Sr. Vereador Jorge Felipe, Presidente da Comissão.

Às dez horas e quarenta minutos, no Plenário Teotônio Villela, tem início a Audiência Pública da Comissão Permanente de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, sob a Presidência do Sr. Vereador Jorge Felipe, Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Dou por aberta a Audiência Pública da Comissão Permanente de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira com base no que preceitua o Art. 4º da Resolução nº 1.052/06 de autoria da Mesa Diretora, Comissão Especial e Comissão de Justiça e Redação que “Estabelece procedimentos especiais, prazos e prerrogativas em relação à tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 25/2001 (Mensagem nº 81) e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo, que “Dispõe sobre a Política Urbana do Município, instituindo o Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro”.

O Art. 4º da Resolução nº 1.052/06 determina que a partir do dia 1º de janeiro de 2007 até o dia 30 de abril de 2007, as Comissões Permanentes realizarão, obrigatoriamente, pelo menos uma Audiência Pública sobre os temas que lhes são pertinentes no Plano Diretor Decenal da Cidade do Rio de Janeiro.

A Comissão Permanente de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira está assim constituída: Exmo. Sr. Vereador Jorge Felipe – Presidente; Exma. Sra. Vereadora Andrea Gouvêa Vieira – Vice-Presidente; Exmo. Sr. Vereador Romualdo Boaventura – Vogal.

A Mesa está assim constituída pelos integrantes da Comissão de Fiscalização, Orçamento e Fiscalização Financeira.

Registro a presença do Exmo. Sr. Vereador Prof. Célio Lupporelli.

Franqueando a palavra, o primeiro inscrito é o nobre Vereador Romualdo Boaventura – com a palavra, S. Exa.

O SR. VEREADOR ROMUALDO BOAVENTURA – Senhor Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, Vereador Jorge Felipe, relator da Comissão Especial do Plano Diretor; Exma. Sra. Vereadora Andrea Gouvêa Vieira, Vice-Presidente da nossa Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira; Vereador Prof. Célio Lupporelli; senhores presentes a esta Audiência Pública, nós estamos diante de um fato que vem acontecendo ao longo das Audiências Públicas, infelizmente, não é? Da Comissão do Plano Diretor nos seus desdobramentos para as discussões nas diversas Comissões Permanentes da Câmara Municipal dos Vereadores, nós não estamos tendo, apesar de todos os convites, a devida atenção, a atenção que gostaríamos que toda a sociedade tivesse com esses debates, com essas Audiências Públicas. A Câmara Municipal é, de fato, a Casa onde temos de debater todas as questões da cidade, e muitas vezes os Vereadores são criticados por não estabelecer esse canal

de acesso, essa abertura, essa proximidade com os diversos segmentos da sociedade para promover debates públicos, para aprofundar as questões de interesse da cidade e da população.

Enfim, nós temos feito diversas reuniões, o Sr. Vereador Presidente Jorge Felipe tem sido uma voz permanente nessa luta, já que nós precisamos ir avante com esse Plano Diretor, precisamos desenvolver estratégias para atingirmos cada vez mais a sociedade, podermos chegar com essas Audiências ao Debate Público. A Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira é eminentemente técnica, e alguns de nós, membros, acreditamos de que esta deveria ser a última Audiência Pública, depois de todas as Audiências Públicas promovidas pelas diversas Comissões da Casa. Mas nós já tínhamos um calendário pré-estabelecido, e não pudemos adiá-la em função da ocupação do Plenário – não havia disponibilidade de data. Isso foi o que nos impediu de adiar esta Audiência Pública.

Mas eu queria levar ao Sr. Presidente que a ausência de diversos segmentos, que deveriam estar aqui, não me surpreende muito em função de outras Audiências Públicas com apelo social muito maior, como foi a Audiência Pública, na segunda-feira, da Comissão de Higiene, Saúde Pública e Bem-Estar Social. Eu estava presente na Casa, e acompanhei pelo sistema de televisão, pela TV Câmara, e achei que uma Audiência com tema tão próximo da população, de tantos reclamos da população como a saúde pública, deveria ter uma participação bem maior. Não foi o que vimos. Assim como a Audiência Pública da Comissão de Direitos da Criança e do Adolescente, que também teve uma participação pequena diante da necessidade de se debaterem esses temas. Então, acho que precisamos retomar as estratégias de comunicação ou de atuação dessa nossa Comissão do Plano Diretor. Conversávamos internamente, ontem, na reunião que a Comissão faz regularmente, com relação especificamente à Comissão e Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, nos diversos pontos da cidade – eu tenho minha base na Zona Oeste do Rio de Janeiro, e tenho uma experiência muito interessante com relação ao Orçamento – é a primeira vez que participo dessa Comissão. Eu posso afirmar que 95% das pessoas com quem eu lido – grupos da sociedade, pessoas da comunidade, enfim, o nosso eleitorado, a sociedade toda – não conhecem bem como se trabalha, como se produz o Orçamento da cidade, quais são as regras, e como a população pode atuar, como pode exigir o cumprimento do Orçamento, desconhecendo as questões legais que envolvem esse Orçamento.

Então, eu gostaria de fazer uma proposição ao nobre Presidente e à nobre Vice-Presidente, para que pudéssemos, não só com relação ao Plano Diretor mas com relação à questão orçamentária, ter uma atitude, talvez, um pouco mais didática, mais pedagógica, cumprindo nossa função de levar isso à ponta, à sociedade como um todo: fazemos algumas Audiências Públicas, ou mesmo debates públicos com a sociedade nas diversas regiões da cidade, para podermos ter a sensibilidade de como a cidade, de como os agentes sociais vêem o Orçamento, e em que podemos esclarecer para aprimorar esse relacionamento, para permitir que eles tenham maior conhecimento.

Então, a minha proposição é, de alguma forma, nos reunir para tirar, daqui deste evento, essa concordância de que temos que nos aproximar um pouco mais e realizar algumas Audiências com a Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, que é a nossa, nos locais, por exemplo, poderíamos ir por

área de planejamento. Essa estratégia seria definida, no bojo, no âmbito da Comissão, mas seria uma estratégia que nos levasse, da Comissão de Orçamento, a debater com a sociedade em pontos estratégicos que abrangessem toda a Cidade do Rio de Janeiro.

Essas são as minhas colocações.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Agradeço ao nobre Vereador Romualdo Boaventura.

Quero registrar a presença do Exmo. Vereador Carlo Caiado.

Cedo a palavra à Vice-Presidente da Comissão, Vereadora Andrea Gouvêa Vieira, e solicito de Vossa Excelência fazer seu juízo de valor em relação à proposta encaminhada pelo Vereador Romualdo Boaventura sobre Audiências Públicas regionalizadas.

Com a palavra, Sua Excelência.

A SRA. VEREADORA ANDREA GOUVÊA VIEIRA – Obrigada.

Vou dividir minha fala, então, em duas partes. Primeiro, vou falar sobre a questão específica do Plano Diretor, que é a razão pela qual estamos aqui reunidos. Concordo que esta deveria ter sido a última das Audiências, porque seria como amarrar todas as outras propostas e questões discutidas nas Comissões anteriores, mas, acredito que, inclusive, esta Audiência Pública é bastante técnica. Realmente, é uma providência que teremos que tomar para adequar e para conseguir amarrar definitivamente tudo o que está no Plano Diretor aos documentos orçamentários que serão produzidos a partir de então. Quero deixar bastante explicitada a minha posição. Então, vou, inclusive, ler um documento, que gostaria que fosse registrado, sobre como acho que deveria ser a participação da Comissão de Finanças e sua contribuição para o Plano Diretor.

As políticas urbanas definidas no Plano Diretor demandam a ação do Poder Público para a sua efetivação – muitas delas –, e necessitam desses recursos financeiros, que estão consolidados no Orçamento Público. Portanto, para serem executadas, as ações do Plano Diretor devem ser inseridas no Planejamento Orçamentário.

A expressa vinculação dessas leis – Plano Diretor e Leis Orçamentárias – é, portanto, de extrema importância para que efetivamente o Plano Diretor vire uma realidade, e para que o Legislativo e a sociedade possam controlar a efetivação das decisões do Plano Diretor.

Aliás, isso está preceituado no Estatuto da Cidade, no § 1º do Art. 40, quando se diz que o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano deve ter suas propostas vinculadas ao Plano Plurianual, à Lei de Diretrizes Orçamentárias e à Lei Orçamentária Anual, que é uma determinação legal para buscar as garantias de materialização das propostas aprovadas no Plano Diretor.

O que hoje acontece nos nossos documentos orçamentários – PPA/LDO/LOA? Quando se olha para trás, verifica-se o Plano Diretor feito em 1992 – nada foi vinculado. No Plano Diretor e nas nossas leis não existe nenhuma obrigatoriedade para que o Poder Executivo execute o que está determinado no Plano Diretor, não há um prazo para que o Poder Executivo execute e implemente as determinações do Plano Diretor. E, aí, segue a minha proposta, que tem três

itens. Primeiro, incluir no Plano Diretor Emenda que exija a identificação nas Leis Orçamentárias das ações relativas às Diretrizes do Plano Diretor. Então, a cada ação que esteja descrita e aprovada no Plano Diretor, é preciso que se determine, no PPA, na LDO e na LOA, onde está a possibilidade da execução daquela ação do Plano Diretor, com bastante transparência, assim que for aprovado no Plano Diretor a revisão do PPA de 2006 a 2009, que ficará em vigor, ultrapassando, inclusive, o período da atual administração, para que se possa inserir nesse PPA já existente o que foi determinado pelo Plano Diretor aprovado este ano. E, no próximo Plano Diretor, que é este que estamos discutindo, tornar obrigatório que essas Diretrizes do Plano Diretor estejam materializadas nos PPAs de 2010 a 2013 e 2014 a 2017.

Então, essa é a principal questão com relação à qual a Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira precisará se posicionar na discussão do Plano Diretor.

Com relação à proposta do nobre Vereador sobre as Audiências de Orçamento, as Audiências do famoso Orçamento Participativo, esclareço que sempre defendi nesta Casa, nesses últimos dois anos, uma maior integração, maior transparência e, principalmente, maior conhecimento por parte da população sobre o que está sendo dado a ela, sobre o que está sendo proporcionado. Em que momento, em que setor, em que temas as necessidades e os problemas do cidadão estão sendo atendidos pelo Orçamento que se vota nesta Casa. Mas temos, Vereador, um problema sério, na própria elaboração orçamentária. A Prefeitura do Rio de Janeiro não faz o Orçamento por região, como determina a Lei: A Lei Orgânica do Município, as Constituições Federal e Estadual e a Lei de Responsabilidade Fiscal são leis muito claras – elas determinam que o Orçamento tem que ser feito por região. Na Cidade do Rio de Janeiro não é feito por região. Tentei várias vezes inserir, e aprovamos de 2005 para 2006, uma LDO que exigia metas e prioridades por região nesta cidade: essa LDO foi vetada pelo Prefeito, derrubamos o veto, e até hoje está na Justiça. Estamos executando um Orçamento, em 2006, em total desacordo com o que foi aprovado em 2005 nesta Casa, e ficou por isso mesmo. É muito difícil. Acho que fica um jogo de mentirinha, uma coisa meio hipócrita, chegarmos para o cidadão e fazê-lo crer que esse Orçamento, enviado pela Prefeitura e aprovado pela maioria desta Casa sem nenhuma discussão, aqui no Plenário, convencê-lo: “Olha, você precisa aprender melhor sobre o Orçamento” – se nem esta Casa conseguir até hoje chegar à conclusão de como deve ser feito o Orçamento Público.

Por exemplo, eu certamente estarei dizendo coisas bastante diferentes do que outros Vereadores estarão dizendo sobre como deve ser o Orçamento Público, o que é o Orçamento Público. Uma Casa onde, até pouco tempo atrás, nós legislávamos e aprovávamos projetos autorizativos: autorizando o Prefeito a fazer escolas, a construir hospitais, coisas absolutamente inadequadas com relação ao Orçamento. O que vamos dizer a essas pessoas? Vocês querem um posto de saúde? Que bom, então a gente faz um projeto para fazer o posto de saúde.

Acho que a primeira coisa de que esta Casa precisa é conversar, fazer muitos Seminários, conversar com os nossos técnicos da Prefeitura, que estão muito interessado nessa história, com o Tribunal de Contas do Município, que também está muito interessados nessa história, para que possamos fazer Orçamento com qualidade e não em cima de recursos. Para que possamos discutir com a população,

saber de suas necessidades, não em termos de recursos, porque ela não sabe avaliar isso – nós mal sabemos, quanto mais a população. Mas sim em termos das necessidades reais do dia-a-dia dela, as vagas nas creches, quanto tempo ela fica na fila para ser atendida no posto de saúde, quanto tempo ela está esperando para ser examinada por um ginecologista, enfim. Isto é Orçamento.

Entretanto, não adianta discutir esse Orçamento com a população quando o Orçamento que chega para esta Casa não tem meta, não tem prioridade e não é feito por região.

Como é que vamos discutir isso tudo com a população?

E tem mais. Nós temos uma Lei do Orçamento Participativo, do Vereador Eliomar Coelho, que foi aprovada nesta Casa e que é totalmente ignorada. Ela regulamenta a realização desse Orçamento Participativo, como a população deve ser ouvida. Estamos de fato descumprindo muita coisa.

Então, de repente, não podemos achar que, se formos para as ruas, vamos resolver o problema. Eu acho que será mais uma decepção, mais uma frustração para o cidadão enquanto não tivermos, com certeza, um entendimento com o Executivo de como esse Orçamento deve chegar a esta Casa.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigada.

ANEXO AO PRONUNCIAMENTO DA  
VEREADORA ANDREA GOUVÊA VIEIRA  
AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PLANO DIRETOR – CFOFF  
18.04.2007

1. O QUE É PLANO DIRETOR?

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano é um complexo de normas legais e diretrizes técnicas para o desenvolvimento global e constante do município sobre os aspectos físico, social, econômico e administrativo desejado pelas comunidades locais. Ele define as regras de uso e ocupação do espaço geográfico dentro da cidade, de forma a orientar os investimentos urbanos públicos e privados a serem feitos na cidade. Sua importância está, portanto, na sua abrangência: engloba todos os problemas fundamentais da cidade, inclusive, os de transportes, saneamento, enchentes, educação, saúde, habitação, poluição do ar e das águas é até mesmo questões ligadas ao desenvolvimento econômico e social do município. Portanto, ele afeta toda a organização da sociedade e seu bem-estar. Por isso podemos defini-lo como: “Instrumento que aponta os rumos da cidade” ou “Guardião do futuro da sociedade”.

2. POR QUE, PARA A EFETIVAÇÃO DO PLANO DIRETOR, É NECESSÁRIO UMA EXPRESSA VINCULAÇÃO COM AS PEÇAS ORÇAMENTÁRIAS?

As Políticas Urbanas definidas no Plano Diretor, que demandam a ação do Poder Público para sua efetivação, necessitam de recursos financeiros, consolidados ao Orçamento Público. Portanto, para serem executadas, as ações devem estar inseridas no planejamento orçamentário.

Nesse sentido, a expressa vinculação dessas Leis – Plano Diretor e Leis Orçamentárias – é de extrema importância para a efetivação do Plano Diretor e para o controle por parte do Legislativo e da sociedade.

Art. 40

(...)

§ 1º O Plano Diretor é parte integrante do processo de Planejamento Municipal, devendo o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o Orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas.

Conforme preceitua o Estatuto da Cidade em seu § 1º do artigo 40, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano deve ter suas propostas vinculadas às peças orçamentárias do município PPA/LDO/LOA. Essa determinação legal tem por objetivo buscar garantias para que as propostas se materializem assim como criem um ambiente para o reforço do processo de Planejamento Municipal.

No caso do PPA a exigência corresponde às propostas, aos projetos e até ações que ultrapassem um mandato de governo. Nestes casos as propostas substitutivo nº 3 que devem constar do PPA correspondem:

- aos projetos urbanos que estão contidos nas propostas de intervenção do plano;

- também devem estar contempladas no PPA ações que irão requerer aprimoramento e/ou adequação da máquina administrativa da Prefeitura para realizar a nova Política Urbana – é o caso da aplicação dos instrumentos de gestão do uso e ocupação do solo. Como por exemplo, o solo criado, IPTU progressivo, transferência do direito de construir, regularização de assentamentos informais etc – que requerem montagem de banco de dados, cadastros de informações e implantação de mecanismos e novos procedimentos institucionais que criem as condições para sua aplicação, articulação entre setores da prefeitura, e propiciem a participação efetiva dos setores representativos da sociedade tanto na sua previsão como na implementação. Bom lembrar que estes novos procedimentos requerem o treinamento/preparação dos técnicos municipais não apenas da Secretaria de Urbanismo, mas também de outras áreas afins tanto da atividade meio quanto a atividade fim.

Ademais, os Fundos Orçamentários voltados para os assuntos urbanos e de meio ambiente e seus respectivos Conselhos Gestores devem ter seu plano de ações previsto nas Leis Orçamentárias, de acordo com as regras estabelecidas no Plano Diretor e Estatuto das Cidades.

Nesse sentido, é inócuo discutir qualquer Plano Diretor sem assegurar sua efetivação mediante a necessária correlação com o Orçamento. Enquanto não for praticada esta correlação nada garante que o Poder Público vá implementar o que determina o Plano Diretor.

### 3. PROPOSTA:

- Incluir no Plano Diretor uma Emenda que exija a identificação nas Leis Orçamentárias das ações relativas a diretrizes do Plano Diretor, de forma a garantir a sua execução e a possibilidade de seu acompanhamento.

- Revisão do PPA 2006-2009 de forma a inserir as ações correspondentes às diretrizes do Plano Diretor.
- Inserir no próximo Plano Diretor a obrigatoriedade de inserção de suas diretrizes materializadas em ações nos PPA's 2010-2013 e 2014-2017.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) - Penso que temos uma preliminar nesse encontro - a proposta encaminhada pelo Vereador Romualdo Boaventura. Se bem entendi, a posição de V. Exa. é contrária.

Bem, ao longo da nossa vivência, temos observado que, no conceito da população, quando se insere uma proposta na peça orçamentária, ela efetivamente acontecerá - aquela tão sonhada obra, pela qual ele tanto lutou, e conseguiu que a Câmara, através de um Vereador, através de uma Emenda por ele apresentada, inserisse no Orçamento.

Quantas vezes encontramos nas ruas algumas pessoas que dizem: "Não, mas para a minha rua já foi liberada a verba, o desviaram a verba". É um conceito que deixa transparecer ilações que, certamente, não são das mais dignas, que fazem com que as pessoas fiquem com um conceito bem ruim do Poder Público. Essa pessoa tem o absoluto desconhecimento em relação à peça orçamentária; para ela, tudo o que está ali inserido tem que ser cumprido, pois não sabe que se trata de uma peça autorizativa e compete ao Executivo efetivar ou não a execução daquela obra.

Nesse sentido, Vereadora Andrea Gouvêa Vieira, eu ousaria concordar com o Vereador Romualdo Boaventura no sentido de realizarmos Audiências Públicas Regionalizadas, porque será uma oportunidade ímpar de estarmos também contribuindo para o esclarecimento da população e ouvindo-a.

Vossa Excelência diz: "Há uma Lei do Vereador Eliomar Coelho, que não é cumprida". Não vejo por que não realizarmos essas Audiências, pelo menos uma regionalmente, ao ano. Na última reunião de que participei aqui, do Plano Diretor, da Comissão de Saúde, anteontem - o Vereador Prof. Célio Lupporelli deve recordar -, não tínhamos um Plenário lotado, e V. Exa. foi um crítico duro em relação à ausência de representantes dos vários setores interessados na saúde em nossa cidade.

Eu dizia: "Aqui entre nós, a quantidade não conspira contra a qualidade".

Tivemos aqui o representante do Sindicato dos Médicos e outras pessoas de larga envergadura, da maior respeitabilidade, com conhecimentos profundos a respeito da matéria. Eu penso que esse tipo de matéria - Orçamento - o povo acha que "não é isso que vai resolver o meu problema". O meu problema está em conseguir inserir no Plano de Obras isso, aquilo, ou conseguir um posto de saúde... Mas rigorosamente, o instrumento adequado é a peça orçamentária que também é fundamental. Mas quando a Vereadora Andrea Gouvêa Vieira diz: "Imagino que o ideal dessa Audiência Pública é ser a última de todas as Comissões que estão sendo realizadas".

Eu acho que nós vamos estar permanentemente convocados por força da disposição legal. Vossa Excelência citou a Lei Federal, o Estatuto da Cidade, e na própria peça que é objeto de discussão nesta Casa, o Substitutivo nº 3 reproduz a exigência da Lei Federal no Art. 5º. Diz lá no seu parágrafo único: "Os objetivos do Plano Diretor serão contemplados obrigatoriamente - repito obrigatoriamente - no Plano Plurianual de Governo, nos Planos, Programas e Projetos da Administração Municipal, direta e indireta, autárquica e fundacional, nas Diretrizes

Orçamentárias, no Orçamento Anual Municipal”. Penso que deve ter aqui uma Emenda analisando o que V. Exa. colocou. Que esse Plano Diretor tem o alcance decenal, por conseguinte devem estar aqui inseridas também as previsões futuras. Nós estaremos permanentemente, como disse, sendo convocados a nos manifestarmos, e mais do que isso, vigilantes do cumprimento da determinação legal.

Então, eu voto favorável a essas Audiências Públicas. Voto favorável, compreendo as explanações da Vereadora Andrea Gouvêa Vieira. Claro que não as realizaremos com o objetivo político eleitoral, ao contrário, com o elevado propósito de prestar cada vez mais esclarecimento à população no sentido do que é efetivamente a peça orçamentária, e como o povo pode dela participar.

O próximo inscrito é o nobre Vereador Prof. Célio Lupparelli. Com a palavra, S. Exa.

O SR. VEREADOR PROF. CÉLIO LUPPARELLI - Senhor Presidente, Sra. Vereadora Andrea Gouvêa Vieira, Sr. Vereador Romualdo Boaventura, senhoras e senhores: eu gostaria de começar a minha fala exatamente dando apoio - ao que a Mesa, pelo que vejo por unanimidade, se assim entendi - às Audiências Públicas regionalizadas. E coerentemente estou falando isso, porque eu já havia tomado a iniciativa - um pouco até pela nossa experiência parlamentar, visto que ainda não temos três meses no exercício do mandato -, mas no afã de querer colaborar, nós tomamos a iniciativa de conclamar a população de Jacarepaguá, nossa base, foi lá onde nascemos, foi lá onde estudamos, e lá onde lecionamos, e certamente será lá onde morreremos.

A nossa vida basicamente é em Jacarepaguá, então, tomamos a iniciativa de convidar entidades como a Associação Comercial de Jacarepaguá, os clubes de serviços, as entidades religiosas, as associações de moradores, os síndicos de condomínios, todos os órgãos municipais e estaduais.

Estamos ampliando, se omito alguma coisa aqui, essa convocação - vamos chamar assim - da sociedade organizada e mesmo das pessoas que moram no bairro, para discutirmos o Plano Diretor de Jacarepaguá, vamos chamar assim - apenas para criar essa figura.

Temos tido, Sr. Presidente, uma aceitação muito favorável. Tivemos, repito, por conta da nossa inexperiência, uma atitude talvez precipitada, porque cabia à Comissão de Organização do Estudo do Plano Diretor essa iniciativa. Repito, mais uma vez: por nossa inexperiência e no afã de ajudar, tivemos essa iniciativa. Hoje já é uma realidade. Esse encontro que mudamos - não será uma Audiência Pública, será um encontro por Jacarepaguá, apenas para tirarmos a questão da figura, mas não tira a legitimidade do encontro. O encontro será no dia 19 de maio das 9h30min às 12h30min, no Country Club de Jacarepaguá. Vamos convidar todos os Vereadores e vamos pedir à Comissão Organizadora do Plano Diretor que também divulgue para as outras entidades de outros bairros. Claro, Jacarepaguá - quem conhece, sabe - situa-se no centro do mapa do Rio de Janeiro, portanto o bairro tem uma relação muito forte com outros bairros, como por exemplo, Realengo, Sulacap, Madureira, Cascadura, enfim seria muito interessante que outros bairros participassem, porque muitas coisas são afins.

Então, dito isso, e contando com o apoio dos senhores da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, gostaríamos especificamente de

tratar do nosso assunto de hoje, dizendo o seguinte: Sr. Presidente, hoje estamos procedendo à Audiência Pública da Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira. Mais uma vez constatamos a baixíssima frequência. Eu disse, na reunião de anteontem - porque a de ontem foi a melhor Audiência Pública que tivemos aqui, e devemos parabenizar a Vereadora Liliam Sá por ter convocado alunos, senão me engano da Cap-Uerj, que participaram, com grande brilhantismo, além das autoridades -, que foi a melhor Audiência Pública. Eu posso dizer, porque participei de todas. Os jovens deram uma grande demonstração de participação política, e que nós devemos explorar.

A justificativa de que o assunto é fundamentalmente técnico, embora real, não tem sustentação, pois os técnicos estão aqui em número de que se deveria esperar para um tema tão relevante.

A assessoria está me passando que o Colégio é o Colégio Teresiano da PUC. Desculpem-me a informação equivocada, mas, de qualquer maneira, está feita a retificação.

Muito obrigado.

Como desenvolver ou implementar Políticas Públicas sem estabelecer um Orçamento adequado?

Como acompanhar a aplicação dos recursos do Orçamento na aplicação das Políticas Públicas, seja no âmbito geral, seja por região, como citou a nobre Vereadora Andrea Gouvêa Vieira, sem definição de como ocorrerá essa fiscalização financeira?

Como acompanhar os prazos definidos para a implementação dessas Políticas Públicas, sem uma ampla discussão para o estabelecimento de prazos coerentes para a execução dessas mesmas políticas?

Apesar disso tudo, apesar de sentir mais uma vez a ausência... E eu disse na outra reunião que estou me sentindo um pouco amargo. Só ontem na reunião dos jovens eu não me senti amargo, porque reclamo muito da frequência.

Apesar disso, nossa equipe preparou alguns questionamentos ao Substitutivo nº 3, que, a título de contribuição, passamos a detalhar, Sr. Presidente.

(LENDO)

I - Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano.

- a) Definir no Art. 107, os programas de interesse público.
- b) Incluir no Art. 107, obras de infra-estrutura urbana.
- c) Incluir no Art. 107, projetos destinados à requalificação urbana dos bairros.
- d) Especificar no Inciso II do Art. 108, as receitas provenientes dos instrumentos de outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso e operação interligada.
- e) Incluir no Inciso VIII do Art. 108 todas as receitas decorrentes da arrecadação de multas por infração da Legislação Urbanística.

II - Fundo Municipal de Conservação Ambiental, nós temos o seguinte:

- a) Incluir onde couber, no Art. 110, recurso proveniente do Licenciamento Ambiental Municipal, em vigor a partir do convênio firmado entre a Prefeitura e o Governo do Estado.

III - Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho.

- a) Incluir novo parágrafo no Art. 111, criando o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, com as suas finalidades e objetivos.

IV - Fundo Municipal de Habitação.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Eu gostaria da máxima atenção para esse tema.

(LENDO)

Informações preliminares.

Em 16 de junho de 2005, foi instituído através da Lei nº 11.124 o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e o Conselho Gestor do Fundo. Trata-se do primeiro Projeto de Lei de iniciativa popular que reuniu mais de 1 milhão de assinaturas de apoio e tramitou no Congresso desde 1991. A referida Lei foi regulamentada pelo Governo Federal, através do Decreto nº 5.798, de 6 de junho de 2006.

Desta forma, Sr. Presidente, o Fundo Municipal de Habitação deverá ser adaptado às exigências da referida Lei, a fim de receber recursos a fundo perdido do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social, para aplicação em projetos.

O Fundo Municipal deverá, ainda, possuir dotação do Orçamento Geral do Município classificada na função de habitação e ser gerido por um Conselho Gestor.

Sr. Presidente, o Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação deverá ser constituído por representantes de entidades públicas e privadas, bem como por segmentos da sociedade ligados à área de habitação, garantindo o princípio democrático da escolha de seus membros e a proporção de um quarto das vagas aos movimentos populares e deverá observar, ainda, os parâmetros e as diretrizes para a concessão de subsídios e as contrapartidas previstas na referida Lei. Além dessas atribuições, o Conselho deverá deliberar sobre as contas do Fundo; aprovar Orçamentos e Planos de Aplicação e Metas Anuais e Plurianuais dos recursos deste Fundo e dar ampla publicidade das formas de acesso aos programas, recursos previstos e realizados, benefícios e subsídios concedidos de modo a permitir o acompanhamento e fiscalização da sociedade.

Assim sendo, propomos, Sr. Presidente:

- a) Inserir no Art. 113, em parágrafo próprio, que o atual Fundo Municipal de Habitação, será adaptado no que couber, de forma a atender ao disposto na Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, que institui o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), a fim de implementar a Política de Habitação de Interesse Social, em conformidade com o Plano Municipal de Habitação a ser elaborado (conforme previsto no Inciso VI do Art. 150).
- b) Alterar o disposto Parágrafo Único do Art. 113, que deverá possuir a seguinte redação: O Fundo Municipal de Habitação deve estar vinculado ao órgão

municipal de habitação e a sua gestão a um Conselho Gestor, a ser instituído em conformidade com a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005.

- c) Incluir no Art. 114, o Inciso IX - Recursos oriundos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e de outros fundos.

#### V - Fundo Municipal de Conservação do Patrimônio Cultural

- a) Incluir no Art. 115, onde couber como prioridade dos programas e projetos aqueles destinados à revitalização e recuperação de bens tombados, devidamente aprovado pelo Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural.

#### VI - Fundo Municipal de Transportes

- a) Nova redação ao Art. 117, em função da elaboração do Plano Diretor Municipal de Transporte, conforme já sugerido na Audiência da Comissão de Transportes da Câmara Municipal.

#### VII - Plano Plurianual

- a) Incluir no Art. 118 a obrigatoriedade de constar no Plano Plurianual de Governo as diretrizes e os objetivos dispostos neste Plano Diretor.

#### VIII - Instrumentos de Caráter Tributário

- a) Incluir no Art. 119, a possibilidade de aplicação da contribuição de melhoria mediante consulta prévia da população local através de realizações de Audiências Públicas.

#### (INTERROMPENDO A LEITURA)

Para finalizar, Sr. Presidente, devo esclarecer que nossa equipe sugeriu a Instituição do Fundo Municipal de Turismo e do Conselho Municipal de Turismo, na Audiência Pública, já realizada e específica, para o tema “Turismo”.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) - Agradeço a V. Exa. pelas manifestações. Embora tenha algumas considerações a fazer e me julgo no dever de fazê-las, mas, antes, cedo a palavra à nobre Vereadora Andrea Gouvêa Vieira, registrando a presença do nosso brilhante e atuante Vereador Stepan Nercessian.

A SRA. VEREADORA ANDREA GOUVÊA VIEIRA - (Inicia a fala sem som)

... O nobre Vereador não tinha me visto aqui! Ligou-me pelo celular, estávamos conversando pelo celular, eu aqui, ele ali.

Eu queria comentar duas coisas. Primeiro, precisamos definir bem o que é esse Orçamento que queremos levar às APs. E é uma ida? É uma caravana para explicarmos o que é o Orçamento para a população? Ou é uma caravana em que as pessoas falam dos seus problemas, das suas necessidades? É isso que eu acho que precisa ser bem definido, porque senão é um trabalho jogado fora. O que eu temo são trabalhos e esforços jogados fora.

Como vamos poder nos comprometer com essas pessoas de que o que elas estão pedindo, nós como Vereadores, iremos incluir e obrigar o seu cumprimento, ou pelo menos, que lhes fique claro no Orçamento aquilo que foi levantado naquela região com aquelas pessoas. É essa a minha principal dúvida. Eu juro com toda a sinceridade! Eu não sei se nós temos essa competência para fazermos isso. Não sei se esta Casa, se nós, Vereadores, temos, hoje, apoio técnico suficiente, condições temporais e materiais para fazer isso. E não quero começar uma coisa que seja mais uma decepção para a população. Se for para fazer é para fazer de verdade. Não pode ser mais uma vez levarmos esperança e essa esperança se esvaír, porque não conseguimos transformar em realidade para aquelas pessoas que foram lá nos ouvir. É essa a minha dúvida. Como não conseguimos fazer isso nem dentro desta Casa, entre nós, como vamos levar para fora? Essa é a angústia que tenho. Agora, claro que sou a favor do Orçamento participativo, de ouvir as necessidades e problemas da população.

O principal conceito que acho errado em Orçamento, caro Presidente e colega Vereador Romualdo Boaventura, é o seguinte: achamos que Orçamento é obra. E acabamos levando para as pessoas, lá fora, que estamos ouvindo - porque eles querem alguma coisa, eles querem mais um posto de saúde, eles querem mais uma escola, eles querem o asfalto, eles querem luz. Está certo eles quererem! É uma necessidade que eles têm e se expressam daquela forma. Mas o que vemos é que Município é serviço, é prestação de serviço. E não conseguimos fazer um Orçamento com a prestação de serviço que é feita com as pessoas que já temos, que são os nossos funcionários públicos. Achamos que folha de pessoal é gasto e custo, quando sabemos que folha de pessoal é investimento puro. Porque quem atende no posto de saúde é o médico, é o enfermeiro; quem atende na escola é a professora. Às vezes temos a tendência - e vejo com grande preocupação uma discussão que se faz no Projeto de Urbanização da Rocinha para se criar um mini-hospital dentro da Rocinha, e vejo que o que não funciona é o Hospital Miguel Couto. Se o Miguel Couto funcionasse bem, do jeito que ele é grande, se conseguíssemos que tivesse gestão e que tivesse um número de profissionais adequado, duvido que fosse necessário ter um hospital dentro da Rocinha.

Então, ao invés de fazermos funcionar e bem aquilo que já temos - nós gastamos quase 60% do nosso Orçamento com pessoal. Pessoal é investimento! Quando vamos para um Orçamento de rua, um Orçamento Participativo, a tendência é as pessoas pedirem. Eu tenho visto muito nas minhas andanças aí - estou vivendo em cada uma das áreas da cidade, morando três, quatro dias - e vejo as pessoas alucinadamente pedindo área de lazer. Queremos lazer, queremos área de lazer, parquinho! De um lado, vejo o que foi feito, por exemplo, no Programa Favela Bairro, na Penha, onde tudo está destruído. Não tem mais um parque, mais uma área de lazer que realmente esteja sendo usada. E não tenho medo de generalizar. É generalizado, sim. Não vi nada, nada que tivesse sido feito e que estivesse em funcionamento hoje. Em Santa Cruz vi o tempo todo área de lazer, área de lazer. Aí fui na Cidade das Crianças, que é aquela maravilha que se construiu ali na saída para Angra. Cidade das Crianças está com o teleférico parado, o anfiteatro fechado, o teatro sem atividade; das trinta lojinhas, só duas funcionam, o lago já não tem mais água, os barquinhos que deveriam estar, segundo me explicaram nas águas do laguinho, estão trancados dentro de uma garagem e a manutenção mensal é de R\$ 500 reais e você não tem mais do que 8 mil pessoas usando, nos fins de semana,

apenas quando faz sol. Aí você pergunta à população: - por que vocês não vão à Cidade das Crianças? “Porque não temos dinheiro para pagar o ônibus, não temos como chegar lá!” Não temos condução de dentro de Santa Cruz para a Cidade das Crianças.

Então, você não precisa de área de lazer, você precisa de transporte. Esse tipo de conversa com a população é que acho ser um Orçamento Participativo. Por quê? Porque se você for lá e ouvir, você vai querer botar no Orçamento várias áreas de lazer para aquela região. Talvez não precise de área de lazer ali dentro. Você precisa conseguir que as pessoas tenham meios para chegar até a maravilhosa área de lazer que foi criada, com quilômetros de área. No domingo em que eu fui só tinha gente usando a piscina e todo aquele espaço estava vazio.

Então, tenho muito medo de Orçamento Participativo do jeito que lê é concebido hoje; da maneira, inclusive, como as pessoas passaram a entender que Orçamento Participativo é você ganhar dinheiro para fazer alguma coisa. Ah! Que bom, dar um milhão aqui para a saúde, a gente não discute as metas, nem discute o resultado, a gente discute recurso? Não? Aqui para minha região eu quero um milhão para a saúde, mas não é isso orçamento, porque o Orçamento Participativo não pode ser assim.

Esse, portanto é o meu receio. A outra questão, sobre a qual eu deveria ter falado antes mas esqueci – vou ser rápida – a respeito do esvaziamento das Sessões das Audiências Públicas. Gente, vocês me desculpem, mas a mim não me surpreende. Hoje, numa Cidade como o Rio de Janeiro, uma metrópole com seis milhões e meio de habitantes, vocês acham, que nós vamos conseguir falar com essas pessoas sem usar a comunicação de massa? É impossível. O seu vizinho de porta, que não faz parte de nenhuma organização, de nenhum sindicato, de nenhuma ONG – porque ele não é obrigado a fazer – esse, para a gente atingir, é preciso informá-lo do que vai acontecer. Ele não precisa participar, se não quiser, mas a nossa obrigação é fazer chegar a ele, seja lá na Urca, lá na Penha, lá em Santa Cruz, lá em Anteres, o que nós estamos pensando fazer com o seu bairro. Isso só com comunicação de massa, com o uso de televisão, com programas de comunicador de rádio, com o “plim-plim” da TV Globo, com cadernos de marketing, de informação para um público que é mais sofisticado e que quer informações mais técnicas.

Nós gastamos o dinheiro público fazendo anúncio de governantes o tempo todo, das grandes realizações de Prefeitos e Governadores, gastam-se milhões, milhões e milhões, e na hora em que surge uma justificativa para gastar dinheiro público, para trazer o público para discutir aquilo que diz respeito ao futuro dele, não há um tostão reservado nos orçamentos para isso.

Eu fiz uma proposta, para a Comissão Especial do Plano Diretor, de uso de comunicação de massa e de instrumentos modernos, os únicos possíveis para fazer com que haja comunicação popular na discussão do Plano Diretor, ou pelo menos, na informação, porque a nossa obrigação não é obrigar as pessoas a participarem. A obrigação é informar as pessoas, e nós não estamos fazendo isso porque sem comunicação de massa, vamos ficar aqui nessa lamentável situação em que vivemos hoje. Hoje, porém, não é muito lamentável, porque este assunto é muito chato, mesmo.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Eu ouvi com muita atenção os nobres Vereadores, e sinto a necessidade de externar minhas preocupações e angústias.

Inicialmente eu quero felicitar o Vereador Prof. Célio Lupparelli. V. Exa. tem sido inteligente, atuante, competente, participando de todas as Audiências Públicas, sem exceção, convocadas pelas Comissões Permanentes. E a cada uma delas, nem trazendo uma gama de propostas, visando ao aperfeiçoamento da proposta ora em tramitação.

No entanto, eu sinto a necessidade de me referir a algumas críticas formulada por V. Exa. Vou dar um exemplo: V. Exa., que neste momento está promovendo uma Audiência no Bairro de Jacarepaguá, disse que cabia à Comissão Revisora do Plano Diretor tomar tal iniciativa. Eu vou justificar essa sua expressão pelo fato de V. Exa. não ter acompanhado a tramitação do Plano Diretor desde o seu início. É preciso esclarecer, até porque está sendo gravado, não sei se está sendo transmitindo diretamente para a população, mas certamente ocorrerá, como nos assevera o Vereador Stepan Nercessian, e a população precisa ter conhecimento ter de que a Comissão Revisora tem sido diligente. Mas a Câmara Municipal, com zelo, institui duas Comissões Provisórias no ano de 2005, visando à descrição da revisão do Plano Diretor. Eu presidi as duas Comissões. Realizamos mais de 20 Audiências Públicas regionalizadas, alcançamos um público participante de mais de 10 mil pessoas, realizamos nesta Casa seminários, palestras. Temos hoje um acervo de mais de 300 emendas encaminhadas pela população, decorrentes das ações das duas primeiras Comissões Revisoras do Plano Diretor. Esta Comissão Revisora é oriunda de uma determinação regimental, aquelas não eram. Para que V. Exa. tenha conhecimento, estabelece o Artigo 346 do nosso Regimento Interno o seguinte:

(LENDO)

Art. 346 – Os Projetos de Planos Diretor, setoriais, regionais e locais que o Prefeito encaminhar à Câmara Municipal, nos termos do art. 107, XI, da Lei Orgânica do Município, serão despachados à Comissão de Justiça e Redação, para parecer, no prazo de quatorze dias, e desta seguirão a uma comissão especial, composta de nove membros e eleita pelo Plenário, a qual terá 45 dias para emitir parecer.

(INTERROMPENDO A LEITURA)

Veja V. Exa. que a Lei Orgânica e o Regimento estabelecem o seguinte: na hora de tramitar o Plano Diretor, estão praticamente dissolvidas as Comissões Permanentes. Elege-se uma Comissão, composta de nove membros, que tem a responsabilidade de emitir parecer á proposta encaminhada à Câmara. Fui eleito para integrar esta Comissão. Não vou citar nominalmente, mas infelizmente, nem todos que foram eleitos estão participando ativamente dos trabalhos desta Comissão. E todos os senhores têm conhecimento pleno do que ocorre nesta Casa. Eleito relator, a primeira proposta que encaminhei foi que as Comissões Permanentes participassem ativamente do processo de discussão. Resultou num Projeto de Resolução, que a Mesa Diretora encampou, acolhida pelo Plenário; nós

estamos tendo hoje essas Audiências Públicas preliminares. Porque rigorosamente a ação da Comissão Revisora do Plano Diretor ocorrerá a partir do dia 2 de maio, quando então realizaremos Audiências Públicas regionalizadas e outros tipos de eventos que são absolutamente necessários.

Nessa fase, penso, Vereadora Andrea Gouvêa Vieira, que a proposta de V. Exa. era objeto hoje de discussão da nossa reunião, que está programada, para que possamos implementar esse plano de mídia, para dar a maior amplitude possível para tenhamos a participação daqueles que efetivamente desejem participar. Agora, é preciso também que haja um sentimento coletivo de que não pode o Plano Diretor continuar tramitando nas condições em que está. O horário das 10h às 13h não é suficiente para exaurimos todo o processo de discussão. Teremos seguramente mais de mil emendas apresentadas a esta proposta, Vereadora Andrea Gouvêa Vieira. Eu quero assumir sozinho essa responsabilidade. Sou o relator, mas faço questão de estar assessorado pelas Comissões Permanentes da Câmara. Essa é a proposta que nós encaminharemos, de criar sub-relatorias, mas trazendo as Comissões Permanentes. Então, quanto às matérias relacionadas à questão orçamentária e financeira, a Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira, vai manifestar o seu pensamento. A Comissão Revisora do Plano Diretor terá a palavra final, mas não vamos deixar de trazer o coletivo desta Câmara para o processo de discussão, porque os pareceres que serão dados em relação a essas emendas são conclusivos; se, no mérito, for contrário, a emenda irá ao arquivo. Olha a responsabilidade! As emendas irão ao arquivo e não entram no processo de discussão no Plenário.

Sinto a necessidade de uma revisão urgente no Regimento Interno. Ontem discutimos a necessidade de criar Sessões Extraordinárias para analisarmos vetos. Não foi isso, Vereador Stepan Nercessian? Inclusive, foi proposta de V. Exa. também, parece, de dilatar o horário das votações. O Vereador Eliomar Coelho propôs que o Regimento Interno fosse revisto. Digo a V. Exas.: o Plano Diretor tem que ter, pelo menos, dois dias, no horário das Sessões Ordinárias, para que seja discutido. O horário das 14h às 18h, às terça e quintas, por exemplo, ficaria destinado exclusivamente à discussão do Plano Diretor. Senão, vamos correr o risco de não concluirmos nossos trabalhos.

Não tenho visto a participação efetiva do Poder Executivo. O Poder Executivo tem dito: “Fiz a minha parte. Já está na Câmara, então agora é com vocês”. Não basta. É do contraditório que se chega à luz. É preciso que discutamos se essas propostas que estão aqui são as melhores para a cidade, ouvindo, inclusive, várias opiniões: “Por que o Poder Executivo mandou essas propostas? Por que defende isso?”.

Penso que precisamos fazer uma mudança no Regimento Interno. Essa responsabilidade não pode ficar restrita à Comissão Revisora. É uma responsabilidade comum. Chegará a oportunidade de fazermos as Audiências Públicas a partir do dia 2 de maio. Então, só penso que V. Exa. tenha essa compreensão para conosco, porque tenho sido absolutamente dedicado, e não faço mais do que minha obrigação. Posso não acertar sempre, mas certamente, com a contribuição de todos, e, se sentarmos para discutir o Plano Diretor, chegaremos a um resultado positivo. Hoje somos sete Vereadores. Puxa! Fiquei tão feliz na reunião de instalação, na abertura do processo de discussão: tínhamos aqui 32 Vereadores. Mas teremos 32 e, quiçá, 50, se for naquele horário, das 14h às 18h, o

processo de discussão. É uma proposta que peço nos ajudem a defender e a viabilizar.

V. Exa. quer fazer uso da palavra?

A SRA. VEREADORA ANDREA GOUVÊA VIEIRA – Terei que me ausentar. Peço desculpas, mas surgiu uma Audiência.

O SR. VEREADOR PROF. CÉLIO LUPPARELLI – Gostaria de ter oportunidade de, primeiro, agradecer as suas palavras generosas pelo nosso desempenho aqui. Mas, acho que talvez não tenha sido feliz na minha explanação no início. Talvez não tenho sido didático. Não fiz crítica à Comissão que organiza o Plano Diretor, mas sim uma autocrítica; eu disse que, no afã de querer produzir, colaborar, e, por desconhecer – por ser ainda muito novo aqui na Casa – esse processo que começa a partir de maio, queria me perdoar por ter tomado a iniciativa e ter proposto uma Audiência Pública em Jacarepaguá. Aí, retifiquei, quando fui orientado pelo nobre Vereador Dr. Jairinho de que não poderia ter sido assim, e modifiquei o nome de Audiência Pública para Encontro, até porque já tinha divulgado, e ficaria desgastante, para mim, não fazer esse Encontro, pelo menos. Então, assim que o nobre, Vereador Dr. Jairinho me esclareceu, ficou certo e gostaria de deixar bem claro que o erro foi meu, e não da Comissão, ter marcado essa data.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Ao contrário, V. Exa. não cometeu erro e eu parablenizo pela iniciativa. Cada um dos Vereadores deveria fazê-lo também.

A SRA. VEREADORA ANDREA GOUVÊA VIEIRA – Vou pedir licença porque terei que me ausentar, mas me penitencio por não ter vindo a mais reuniões do que gostaria, mas realmente o tempo do Vereador também é uma loucura.

Acho que você tem razão quanto a essa proposta de usar nosso tempo normal de trabalho, de terça a sexta feira, para a discussão do Plano Diretor. Eu acho que é uma bela sugestão e deveríamos lutar por ela.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Obrigado

Bem, como a palavra a Sra. Letícia Hazan, do Gabinete do Vereador Rubens Andrade.

A SRA. LETÍCIA HAZAN – Bom dia, o Vereador Rubens Andrade não pode comparecer e hoje de manhã ele pediu-me que o representasse, porque temos, realmente, que acompanhar o desenvolvimento desses trabalhos.

Agora, eu não me preparei e não sei o que V. Exa. gostaria que eu falasse.

Vou falar como arquiteta e como urbanista. Trabalhei muitos anos na Prefeitura, sou aposentada e acho o seguinte:

Nós temos um Plano Diretor, de 1992, e que está em pleno vigor, porque, enquanto há um Plano Diretor, é este que está vigorando. O Estatuto da Cidade previu a obrigatoriedade de se fazer um Plano Diretor para os Municípios de mais de 20 mil habitantes que não tivessem Plano.

Nós fizemos, lá no gabinete do Vereador, prorrogação por duas vezes desse atual Plano Diretor, porque já estavam pensando que não teria Plano Diretor. Isso seria um perigo, é melhor com ele, que não funciona muito bem, do que sem ele.

Há inclusive um parecer da Procuradoria que, enquanto não tiver Plano Diretor e a revisão não for estabelecida, ele está em vigor.

Então, temos um Plano Diretor de 15 anos. E o que aconteceu com esta cidade? Melhorou a vida desta cidade porque existe um Plano Diretor? Não, piorou. O que foi cumprido dentro desse Plano Diretor? Ele foi feito pelas equipes da Prefeitura, nós discutimos por nove meses esse Plano aqui com Audiências Públicas.

E por que as pessoas não estão mais entusiasmadas? Porque o Plano Diretor é uma peça fictícia, porque não há nenhuma obrigatoriedade de o Prefeito cumpri-lo, e o maior defeito desta cidade é não ter um órgão que trate do sistema de planejamento e coordenação das ações do Governo. É impossível pensar uma cidade funcionar sem um sistema de planejamento e coordenação. Cada Secretaria, cada órgão faz o que quer e a cidade é o que vemos, inclusive nem conhecemos direito as atribuições de cada órgão.

Então, aquele Secretário, que é forte, consegue fazer obras e não temos nem noção se aqueles preços que estão na licitação são os preços que deveriam custar para fazer tais obras, se houvesse um sistema de planejamento. Quase todas as cidades do Brasil têm um órgão que cuida do planejamento. Nós já tivemos, foi uma época em que a Prefeitura se desenvolveu bem, sempre tivemos isso e está previsto no Plano Diretor a instituição do Sistema Municipal de Planejamento, com todas as atribuições. Não tendo sido cumprido, o Vereador colocou exatamente como Projeto de Lei para provocar essa discussão da criação do Sistema Municipal de Planejamento. E não acontece, esse Projeto de Lei não vai adiante.

O que vai adiantar? Tenho ido a muitas, muitas reuniões preparatórias para Plano Diretor, fui a Bangu, fui a Santa Cruz, fui a muitos lugares, me interessei em saber o que a população pensa, o que eles querem. Eles estão despreparados para discutir um Plano Diretor. Fico com pena das pessoas, fico com pena de vê-los desiludidos porque isso é uma peça de ficção. E esse Plano Diretor que está aí é pior ainda, cheio de artigos, complicado. O Plano Diretor deve ser um livrinho de diretrizes, com um órgão de planejamento a cumprir as obrigatoriedades, com diretrizes para dizer para onde vai esta Cidade. Tendo um sistema de planejamento, vai ter um edifício cheio de técnicos, todos reunidos discutindo a cidade, onde as pessoas possam ser atendidas a qualquer momento.

Fui bolsista na França, a única da América do Sul. Ganhei essa bolsa lá, não com padrinhos. Com padrinhos não conseguiria ganhar. Lá em Paris, tinha e tem até hoje um prédio do tamanho do Cais só de planejamento. As pessoas têm atendimento vip, não precisam marcar hora. No ano inteiro tem atendimento. Aqui, no Rio de Janeiro, as pessoas não sabem onde investir dinheiro para construir. Em Acari tem lugares com sistema de distribuição de gás. Quem vai investir em Acari? E nos bairros ao longo da linha férrea que estão decadentes? Fui a Senador Camará outro dia, não tem mais comércio! Lá, há duas facções brigando, se destruindo! E a própria Prefeitura não consegue fazer seu serviço. Fizeram o Rio-Cidade, fazem umas porcarias que não terminam.

Em matéria de escola, a Prefeitura capricha mesmo. Há escolas boas, com todos os requisitos. Mas as pessoas estão infelizes. Vá à Vila Kennedy! As três horas da tarde, mandam você sair: Vamos sair correndo porque está na hora da Vila Aliança atirar! As crianças correm para dentro de casa. Que vida é essa? Por quê?

Pensando bem, aditaria esse Plano Diretor. Essa questão da Audiência Pública é uma coisa complicada. Por exemplo, eu venho às Audiências Públicas, sou paga para isso, sou funcionária do gabinete. Se não fosse funcionária, iria sair da minha casa para discutir quando sei, como arquiteta, que isso não funciona porque não há um sistema de planejamento e coordenações das ações? Acho que é um esforço muito grande dos vereadores trabalharem dessa maneira! Implorando ao Prefeito, botando emendas que desaparecem, não são atendidas, As pessoas começam a ficar com raiva dos políticos.

Por que você não viajam, vão a algum lugar para ver o que acontece na cidade? Por que não vão a Campinas, a São Paulo, a Fortaleza, a Porto Alegre para ver como é feito isso? Tem um órgão que coordena! Mas, aí, tira o poder de cada secretário. Tem que funcionar como diziam na França: O governo é uma máquina cheia de engrenagem, as engrenagens são os órgãos. Quebrou um dentinho que estava atrapalhando, tem que substituir, mas a máquina tem que funcionar.

Então, por exemplo, poda de árvore é uma tortura! Por que chegou a esse ponto? Porque ninguém sabe quantas pessoas precisam estar numa Fundação Parques e Jardins para podar as árvores... E o erro grave que tem, por quê? Porque a árvore é plantada em desacordo com a luminária, a Rioluz vai lá e bota a luminária onde ela quer, sem ver que tem uma copa atrapalhando...

Não há um projeto de economia para esta cidade. Eu acho que o Prefeito está se lixando para este Plano Diretor, porque ele sabe que está tudo errado... Ele é inteligente, já viajou e sabe como funciona uma cidade.

Agora, seria interessante que vocês vissem essa questão do planejamento, se vale a pena lutar por isso, criar esse órgão...

Outra coisa também, a Secretaria de Fazenda é tão poderosa que os recursos aos Autos de Infração param no Coordenador. Enquanto na Legislação para a Administração Pública, o cidadão pode recorrer até o Prefeito. A Secretaria de Fazenda estabelece tipologias das edificações para fazer cobrança dos tributos diferentemente do que faz o urbanismo. O urbanismo não cuida das áreas que têm favela. Quem cuida da favela é outro órgão que também não sei o que faz... Tem tanta favela no Rio de Janeiro, e as pessoas vivendo cada dia pior... E o sistema de transporte? Eles fazem um projeto, um Plano Diretor de Transporte, mas não estudam a circulação viária da cidade, que é um problema seriíssimo.

Por que a Zona Oeste está entregue às baratas daquela maneira? As pessoas sofrem! Eles trabalham, vêm da Zona Oeste para o Rio trabalhar, são duas horas para ir e duas horas para voltar... A minha filha fez concurso para arquiteta da Prefeitura, está trabalhando em Campo Grande. Ela vai de ônibus. São duas horas, dois ônibus... Num ônibus que está caindo aos pedaços, o C14. Aí, a gente mandou ofício para a Secretaria de Transportes informando que o C14 está caindo aos pedaços. Eles fizeram uma investigação, aquelas janelas de segurança, foi constatado, não funcionam; se pegar fogo, quase nenhuma delas funciona... Por quê? Porque ela é desintegrada do restante, da população...

A Câmara de Vereadores deveria ser mais atuante como poder fiscalizador, porque leis nós temos demais! Agora, ao Plano Diretor se está crescendo 300

Emendas, vai a 1.000 Emendas... Quem vai ficar lendo este Plano Diretor? É uma peça fictícia? Era muito melhor sintetizar o Plano Diretor, fazer as diretrizes e obrigatoriamente vinculadas ao Orçamento.

Então, desculpem o meu desabafo, mas isso é um problema muito sério que está acontecendo com esta cidade. O pior é que os Vereadores que têm obrigação de fiscalizar o Poder Executivo também não conseguem fazer, porque está tudo errado!

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Agradeço a Sra. Dra. Letícia Hazan pelo uso da palavra.

Eu esclareço a V. Sa. que eu não esposo de sua tese. Vossa Senhoria diz que é uma peça fictícia. É uma peça que estabelece os princípios, diretrizes e objetivos da cidade, e obrigatoriamente deverão constar do Plano Plurianual e tantos outros. Então é determinativo. Não é uma peça meramente fictícia.

Com a palavra, o nobre Vereador Stepan Nercessian.

Registro a presença do nobre Vereador Roberto Monteiro.

O SR. VEREADOR STEPAN NERCESSIAN – Vereador Jorge Felipe, que preside esta Audiência, Vereador Romualdo Boaventura, Vereador Roberto Monteiro, demais companheiros aqui presentes, a Dra. Letícia me inspirou quando ela veio falar para eu fazer uso também da palavra nesse instante, porque as reuniões, as Audiências Públicas que eu tenho acompanhado, as que eu não estou presente, procuro depois fazer uma leitura do que é dito. Às vezes por se tratar muito tecnicamente o assunto da revisão do Plano Diretor em cada setor, afasta-nos da discussão política. Nas Audiências, a pessoas fala tecnicamente sobre as coisas, e um pronunciamento necessariamente, quando se trata da Cidade do Rio de Janeiro, não tem como não ser de críticas e de oposição ao Prefeito da Cidade.

Desde que cheguei aqui, digo e repito: espero o dia de poder chegar aqui e fazer elogios. É muito chato! Eu não gosto de ser oposição raivosa, oposição o tempo todo. O meu partido, o PPS, está em Brasília discutindo com O DEM, o ex-PFL, essa questão do ponto de vista nacional. O ex-PFL quer fazer uma oposição constante ao Governo Federal, etc. e tal. Segundo o PPS e alguns partidos, essa oposição deve ser feita de maneira responsável, pontual para que não atrapalhe o andamento do país.

O próprio Deputado Rodrigo Maia assume hoje nos jornais, dizendo que “essa oposição tem que ser constante”. Impressionante, não é a primeira vez que ele faz uma teoria em Brasília; e a prática, aqui tão próximo, até do ponto de vista familiar, é diferente. Mas estou dizendo isso por quê? Com relação à Audiência, bastante concorrida, da Comissão da qual faço parte, que é a Comissão de Turismo – o Vereador Jorge Felipe e os representantes de todos hotéis e escolas perceberam – poderíamos dizer que foi um sucesso com a participação das pessoas interessadas.

Eu fiquei ali, não me pronunciei, mas fui anotando. Vereador Jorge Felipe, não houve uma sugestão que tenha sido feito naquela Audiência, não houve uma intervenção que não estivesse ligada extremamente como sugestão ao Plano Diretor na Área de Turismo que não fosse uma crítica ao não-funcionamento atual da Prefeitura do Rio de Janeiro.

Como se vai falar “Vamos fazer o Plano Diretor da Área de Turismo”, se não se tem sequer o Patrimônio Turístico da Cidade do Rio de Janeiro? O Rio de Janeiro, como eu disse, como um todo, é um patrimônio que não está cuidado. Eu não conheço nada que tenha se desenvolvido, do ponto de vista turístico, que não seja por cidades bem administradas, cidades limpas, seguras e que atraiam os turistas.

As sugestões do Plano Diretor na Área de Educação são muito mais reparações, ao que não está acontecendo na Área de Educação. Da nossa parte, concordo plenamente que é uma luta da maioria dos Vereadores. O Vereador Romualdo Boaventura, que faz parte da bancada de sustentação do governo, está presente nas reuniões em que estamos discutindo, inclusive, o nosso papel de Vereadores em relação ao Poder Executivo, ao Poder Legislativo, à autonomia do nosso poder.

Agora, essa falta de autonomia, esse desgaste dessa relação não vem gratuitamente não! Com pouquíssimo tempo nesta Casa, inclusive, sinto-me responsável também, apesar de ter me posicionado, votado sempre de uma maneira contrária à maioria, mas hoje 90% dos Vereadores, que reclamam desse desgaste, contribuíram para isso na relação com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

A nossa cidade precisa de novo e urgentemente voltar para as mãos do cidadão. Ela está loteada. Nós, Vereadores – e eu falo claramente isso aqui –, deveríamos ser os porta-vozes dos interesses, dos auspícios, das necessidades da população, mas temos dificuldades. Já cansei aqui, Vereador Romualdo Boaventura, de pedir a companheiros do ex-PFL, de base de sustentação do governo, ao próprio Presidente Vereador Ivan Moreira, de dizer assim: “Olha, faça esse pleito junto à Prefeitura para resolver esse problema”. Porque eu, visto como Vereador de oposição, acredito que não seja nem uma orientação do Prefeito, mas pode ser que tenha gente que queira ser mais realista do que o rei, que de repente não dá sequer ouvidos aos pleitos de Vereadores de oposição, como se fizesse alguma coisa através de um pedido da oposição, como dizem na linguagem usual: “Não bota azeitona na empada da oposição!”... Quer dizer, isso não se faz.

O Vereador Carlo Caiado fez a gentileza para mim de, na Rua Olegário Maciel, na Barra da Tijuca, numa obra recente da Prefeitura, aliás, Vereador Jorge Felipe, é outra coisa. Se você faz uma obra na sua casa, o pedreiro, ou a empresa que faz aquela obra é responsável; ele dá o mínimo de garantia. Em relação às obras da Prefeitura, não! A empresa faz as obras, vai embora e se, daí a 30 dias, estiver tudo quebrado, tudo destruído e precisar fazer de novo, a Prefeitura usa recursos dela para ir lá remendar o trabalho feito por uma empreiteira e, essa empreiteira, você sequer sabe quem é ela mais, como eu tentei saber e já não se sabia mais. Na Barra da Tijuca, quem fez aquele trabalho. Tinha lá um afundamento de uma passagem bonita que fizeram, onde caiu um cidadão de 72 anos, quebrou o braço, porque tropeçou ao atravessar a rua; uma criança, um bebê caiu. Eu liguei como Vereador, comuniquei-me, eu não conseguia ter esse contato. Eu cheguei para o Vereador Carlo Caiado e falei “Vereador Carlo Caiado, você que é da Barra da Tijuca também, providência isso aí!”. Felizmente, ele com os contatos e com o conhecimento da máquina da Prefeitura – que passou a ser uma máquina de um grupo, que foi particularizada. O Prefeito só faz o que ele bem entende! Imediatamente foi feito. Eu achei ótimo! Eu não quero botar faixa “Agradeço ao Vereador Stepan Nercessian por isso ou por aquilo!”; “Agradeço ao

Vereador pela poda de árvore!”. A população está sendo levada pelos Vereadores, pela Prefeitura, por essa maneira suja de fazer política, a achar que não tem direito; que deve favores. E esses favores são pagos com votos nas eleições seguintes. Por quê? Como é que nós queremos a participação de uma população em uma cidade que não se sente dona de absolutamente nada, principalmente dos organismos públicos. Ela sabe que precisa de um favor.

As pessoas vêm, às vezes, no meu gabinete, para me pedir favor; para saber se eu conheço alguém em determinado lugar. Eu digo a elas “Não. Aquilo lá está funcionando!”. Elas dizem “Ah, não, mas precisa ter um conhecimento!”. “Não, não precisa, não! Está aberto. Você tem direito; você chega lá e entrega o papel!”. Muitas vezes a pessoa fala “Nossa.. é surpreendente. Eu fui lá e deu certo! Às vezes dá certo!”. Mas na cabeça da população, ela precisa ter um padrinho; ela precisa de alguém.

Nós estamos vendo a proliferação do: “Agradeço ao Vereador...”, “Agradeço ao Vereador...”; “agradeço ao Vereador...”. Quer dizer, o “Agradeço ao Vereador” por estarem fazendo um serviço que é meu direito. Tudo isso leva ao esvaziamento, à descrença na participação da população.

A senhora falou muito bem: nós temos um Plano Diretor em vigência. O que a Prefeitura deveria fazer era um trabalho de revisão do que foi feito em relação àquele Plano Diretor. Uma autocrítica. Vamos pegar este Plano Diretor aqui; vamos ver o que tem de positivo nele, mas que não aconteceu na cidade, em função de não ter sido feito por falta de decisão política. Nós estamos aqui falando em Orçamento, e nós sabemos da luta, da briga do Orçamento aqui. Nós sabemos como é que se faz uma maioria aqui, para dar remanejamento de quase 30% ao Prefeito da Cidade.

Então, todas essas questões – essa descrença, essa falta de participação, nós não podemos passar ao largo da descrença política que esta cidade está tendo. O Rio de Janeiro sempre foi uma cidade muito politizada. Hoje, ela não é uma cidade politizada; ela é uma cidade de grotões, de bolsões. Tem uma cidade perdida na cidade do Rio de Janeiro.

O Plano Diretor desta cidade deveria ser quase subdividido – Plano Diretor para a classe média; Plano Diretor para a classe operaria e Plano Diretor para os miseráveis. Nós temos ações do Plano Diretor que não vão atingir, absolutamente, uma camada da população, que está largada. O Prefeito Cesar Maia obtém vitórias eleitorais na Zona Oeste. Há anos que ele ganha na Zona Oeste, que ele elege bancada de Vereadores na Zona Oeste! Tem uma Zona Oeste que está satisfeita com o Prefeito! A gente viu intervenções bonitas e etc, consertaram ruas e não sei o quê, mas é na Zona Oeste que tem a favela do Rebu! É em Senador Camará que tem a miséria, uma grande população! E não me assusta que a revisão das Casas Legislativas fiquem cada vez mais complicadas.

Disse uma pessoa, aqui, que é mais difícil um bom Vereador ser reeleito aqui nesta Casa, do que um Vereador que não faça absolutamente nada mas que tenha controle absoluto, seja através da força policial, seja através das mais pequenas formas de atuação, seja através do clientelismo, dos centros sociais, seja qual for a estratégia política; mas não precisa ele vir aqui, participar de nada! Pode, ele vir aqui, votar a favor do governo, que está garantido! Ele não tem mais nem medo de não ser reeleito.

Imagino que a atuação de V. Exa. como relator da revisão do Plano Diretor, que o Vereador Romualdo Boaventura, lá da Zona Oeste em Campo Grande que o Vereador Prof. Célio Lupparelli, possam falar às pessoas: “Olhem aqui o trabalho, minha atuação nesta Casa pode gerar votos para mim, numa tentativa de reeleição”.

Eu fui eleito, da primeira vez, Vereador, porque realizei uma série de trabalhos, porque eu sou artista, porque eu sou botafoguense, porque eu trabalho no Retiro dos Artistas, porque pela primeira vez eu era candidato, pelo desejo de renovação, pela quantidade de amigos que eu tive – eu tive lá meus 27 mil votos! Eu estou aqui e pretendo me candidatar à reeleição.

Esse próximo pleito, para mim, vai ser uma avaliação do que as pessoas, agora, pensaram de mim como Vereador Stepan Nercessian. E isso aqui, que é a maior arma que o Vereador pode ter para se comunicar com os seus eleitores, isso aqui mal é usado. Essa Tribuna mal é usada para debates.

Nós precisamos, sim, fazer uma revisão urgente do Regimento Interno, abaixar, inclusive, o quorum para que haja Sessões Ordinárias aqui. Nós não conseguimos, nunca, aqui, 17 Vereadores para se fazer Sessões. Vamos fazer como a Câmara, é dez por cento do quorum. Lá são 50, faz-se com dez por cento aqui. A presença de cinco ou sete Vereadores obriga a se ter Sessão. Porque nós vamos chegar, acredito, completamente, nessa seriedade com que a gente está tratando a revisão desse Plano Diretor, que, inclusive, é importante que se diga, está sendo debatido, às vezes nós estamos correndo contra o tempo, mas não com a responsabilidade desta Casa nem dos Vereadores. Houve uma negligência, um atraso enorme, uma má vontade enorme por parte da Prefeitura no envio do Plano para ser revisado. Nós estamos lutando por isso aqui, e tudo numa grande contradição, porque, numa das poucas vezes em que eu estive com o Prefeito Cesar Maia, no início, ele disse assim: “Esta Casa, esta Legislatura tem a chance de entrar para a história desta Cidade na revisão no Plano Diretor”.

Quer dizer, a sensação que eu tenho, às vezes, é que eu tenho um Prefeito que é digno de admiração em uma série de coisas, em uma série de atos, mas que tem uma outra Prefeitura funcionando, não a dele. Tem alguém fazendo as coisas, e o Cesar Maia não está sabendo. Porque quando você fala com ele, quando você discute com ele, ele se coloca à disposição: “Use os técnicos da Prefeitura que vocês quiserem...” Mas isso é num setor, porque tem área da Prefeitura que sequer comparece aqui nas audiências. Na Audiência de Educação, é bom que se diga, não mandaram um representante. Uma área de atrito como essa... Eu fico sem saber.

E para encerrar, Sr. Vereador. Ontem, uma moça me pede... Essa para mim é uma contradição da nossa Cidade. O Prefeito, a Guarda Municipal estão aí, procedendo a uma luta danada em relação aos camelôs da Cidade. Aí, vem uma senhora e diz para mim que a Prefeitura não mandou o uniforme, aquele uniforme com o *slogan* da Prefeitura – aquele *outdoor* que ele colocou em todo mundo: “Prefeitura”. Não foi repassado para muitas escolas municipais. A senhora diz que, como são dois filhos, 20 reais cada camisa, são 40 reais para comprar. Aí eu disse que Vereador não arruma isso. E ela disse que precisava comprar. Perguntei: “Mas onde compra, se aquilo quem faz é a Prefeitura? “Não, tem no camelô”. Quer dizer, hoje, só quem consegue vender as camisas que a Prefeitura não dá, exatamente, são os camelôs, que fazem parte, como eles chamam, da desordenação, da desorganização da Cidade. Quer dizer, está reprimindo aqui, mas,

se o camelô não vender, a criança não tem como colocar aquela roupa, porque grande parte das escolas não tem.

Então, é bom que se diga isso: sinto o desejo de grande parte dos Vereadores e espero que não seja apenas um lampejo, mas existe um grande número de Vereadores que perceberam o risco que estão correndo por acabarem de enfraquecer e desmoralizar o Poder Legislativo. Existe uma vontade de mudar isso, essa vontade e esse desejo, de que a gente não seja apenas os autores da revisão do Plano Diretor; devemos ser permanentes na cobrança do cumprimento do Plano Diretor, na cobrança do cumprimento do Orçamento. Os Vereadores desta cidade que quiserem discutir seriamente alguma coisa, que quiserem ainda ter o nome de “Vereador” devem para e pensar seriamente na votação do próximo Orçamento desta Casa. Aí é que transferimos todo o poder para a Prefeitura. O Prefeito Cesar Maia, hoje, pode fazer absolutamente o que quiser com o dinheiro público. Ele não estará ilegal, porque esta Casa deu legalmente a ele o direito de remanejar quase 30%; e quando digo quase 30%, é 100%, porque os outros 70 por cento ele não pode mesmo remanejar.

Então, a Casa quer cobrar do Executivo, a Casa esperneia e acha que o Prefeito não a está respeitando, mas, num dos principais papéis – o de fiscalização, o da aplicação dos recursos públicos pelo Prefeito –, todo ano, religiosamente, abre mão desse direito. Em troca de quê? Essa pergunta gostaria de fazer. Eu sei por que voto contra. Tenho certeza absoluta e posso responder a quem quiser. Por que o senhor votou contra o Orçamento? Por que o senhor deu voto contra o remanejamento? Eu vou dizer por quê. Porque não acho a melhor maneira de se administrar o dinheiro público, dando liberdade para a pessoa mexer com esse dinheiro público. Mas não consigo entender por que inclusive Vereadores que fazem oposição o ano inteiro ao Prefeito, quando chega na época do Orçamento, abrem mão de suas prerrogativas e votam com o Prefeito. E depois reclamam. Depois passam o ano todo aqui dizendo que o Prefeito não fez isso...

Eu não quero pedir ao Prefeito nem à Secretária. Não quero depender da boa vontade da Rosa Fernandes para que dê um jeito na poda de árvores desta cidade. Não quero ser amigo do Subprefeito de tal lugar para ele tapar um buraco. Não quero, não. Não quero ter prestígio nem contato político. Eu quero que eles cumpram o papel deles. A nossa cidade parece uma cidade pobre: as mazelas desta cidade, os sistemas todos, as concessões, a vergonha que são os transportes coletivos desta cidade. É pena que só pobre pegue ônibus, senão já teria havido uma revolta nesta cidade. Uma das maiores vergonhas é a concessão.

São essas coisas pontuais, Vereador. Vejo sua angústia e seu esforço para que a gente mobilize a cidade; é um esforço que nós, Vereadores, fazemos. Não pensem os senhores que a gente senta aqui e acha que tem o poder. Não. A cada dia que passa, temos que tomar uma dose muito grande de entusiasmo e de achar que vale a pena lutar pela coletividade, de lutar pela cidade, de fazer alguma coisa para vir aqui e continuar nessa briga, nessa luta porque, no mais, somos absolutamente desrespeitados, não se dá informação. V. Exa. sabe que fiz um trabalho de levantamento de quase 500 pedidos de informações que eu tenho sobre Leis promulgadas e que não são colocadas em prática. Eu parei em 500, mas poderia chegar a dois mil e tantos. Eu tenho lá para mostrar aos senhores um órgão da Prefeitura em relação a um Projeto de um Vereador, uma Lei que já tinha sete anos, e no final esse órgão agradece ao Gabinete do Vereador por ter informado a

esse órgão que Lei existia, quer dizer, eles nunca tinham sido informados. Nós fazemos Leis aqui, Vereador Romualdo Boaventura, que não se informa nem a quem vai ter que cumprir, e são por essas e outras questões que eu fiz essa intervenção mais geral do que específica.

E peço desculpa até as pessoas mais técnicas que vieram, mas não vamos conseguir dissociar essas coisas porque, se não existir um desejo, uma vontade política real, concreta, se não existir um esforço muito grande do Legislativo, do Executivo, para que nós possamos transformar nossa cidade com todas as suas mazelas, vai ser muito difícil conseguir atingir as pessoas, mesmo com comunicação de massa. Não adianta anunciar jogo ruim no Macaranã, que não vai lotar. As pessoas têm sensibilidade quando o jogo é pra valer. Quando é um clássico, as pessoas lotam, as pessoas vão aos lugares. Não adianta anunciar jogo ruim, tem fracasso demais anunciado na TV Globo: você chega lá e tem 30 pessoas. Tem coisa que, no boca-boca, lota, e você não sabe nem como começou. Então, gente precisa é anunciar que alguma coisa de bom está acontecendo; principalmente, as pessoas precisam acreditar de novo nos seus Vereadores, que os Vereadores, independentemente de seus partidos, de situação ou de oposição, estão cumprindo o seu papel de fiscalizar o Executivo.

E, principalmente, a gente tem de conseguir passar para a população que ela não deve favores a esta Casa, que ela não deve favores ao Prefeito, que tudo que for feito em termos de serviço é direito adquirido e já está pago antecipadamente, porque o único negócio em que você paga antes de ter o produto que você quer é em relação ao Poder Público. Quando você paga seus impostos, você recolhe antecipadamente, você paga junto com o arroz, com o feijão, com a cerveja que você toma. Você paga os impostos, que devem ser depois dirigidos e enviados para o serviço público que é prestado, porque você paga antecipadamente. Conte comigo sempre em relação a esta Comissão, para que a gente possa, antes de mais nada, readquirir a credibilidade que tanto está fazendo falta a todos nós nesse país.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) – Muito obrigado, nobre Vereador Stepan Nercessian. Com a palavra, o nobre Vereador Romualdo Boaventura.

O SR. VEREADOR ROMUALDO BOAVENTURA – O Vereador Prof. Célio Lupparelli quer fazer um registro. Eu concedo a palavra ao Vereador.

O SR. VEREADOR PROF. CÉLIO LUPPARELLI – Muito obrigado, nobre Vereador Romualdo Boaventura, muito obrigado, Sr. Presidente. Eu vou fazer o seguinte registro: na nossa fala, nós citamos a questão do Fundo Municipal de Habitação em relação ao Plano Diretor, que não contempla, nos seus artigos 113 e 114, a questão que agora me é remetida, com gentileza, pela Assessoria da Prefeitura. Isso é um marco extremamente importante porque um assessor meu desceu para me passar que a Assessoria da Prefeitura nos trouxe um esclarecimento, o que mostra a atenção da Prefeitura em relação ao nosso encontro. Aqui me é remetida a Lei nº 4.463 de 10 de janeiro de 2007, em que o Poder Executivo cria o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, institui o Conselho Gestor e dá outras providências. Portanto, o que faltava apenas era que no Plano Diretor essa Lei fosse incluída. Cabe a nós agora, aqui, pegar essa Lei e adaptar aos artigos 113 e 114. portanto, a Prefeitura dá esse esclarecimento, e eu

queria agradecer ao Antônio Sá e a todo o corpo de Prefeitura, que teve atenção à nossa fala.

Muito obrigado.

O SR. VEREADOR ROMUALDO BOAVENTURA – Ouvi atentamente, e acho que, de qualquer forma, sempre que se reúnem algumas pessoas e com a autoridade do Parlamento de uma cidade como o Rio de Janeiro, mesmo que tenhamos um grupo pequeno nesta Audiência, de qualquer forma a oportunidade para que se use a palavra é sempre saudável e engrandece, contribui, inclusive pelo viés político que tomou o discurso da nossa Vereadora Vice-Presidente Andrea Gouvêa Vieira, sempre muito combativa, em oposição ao Governo Municipal. Ela tem esse viés, mesmo que tenha uma parte técnica, como ela discorreu aqui. Sempre tem o viés político. É o caso também do discurso do nobre Vereador Stepan Nercessian, que, inspirado pela intervenção da arquiteta Letícia, fez um discurso inflamado sob o ponto de vista político.

Então, concordo que devemos dar importância a essa Lei, que é fundamental para a cidade, não na nossa Legislatura, que vai acabar agora em 2008, mas ela é importante para a cidade nos próximos 10 anos. Podemos criticar o governo que está aí – esse é um papel da oposição –, muitas vezes de uma forma justa, mas muitas vezes de forma injusta. Mas, quando temos nas nossas mãos de Vereadores o que faz parte da nossa obrigação, que é discutir o planejamento da cidade para os próximos 10 anos, não vemos a participação efetiva dos Vereadores desta cidade. E não sou Vereador que goste de fazer esse tipo de pronunciamento, colocando colegas nessa ou naquela situação – nunca fui assim. Acho que cada Vereador tem seus compromissos. Os que não estão aqui talvez estejam lá nas suas bases, lutando por isso ou por aquilo, ou em seus centros sociais.

Tenho um olhar crítico sobre isso, porque é um tipo de clientelismo, Vereador Stepan Nercessian. O Vereador Romualdo Boaventura não tem centro social; o Vereador Romualdo Boaventura trabalha com a “interface” da sociedade, com o que me chega ou com aquilo que enxergo de necessidade, mesmo defendendo o nosso governo. Defendo-o não aqui nesta Casa, que tem poucas pessoas, ou para os Vereadores, mas porque acredito neste governo, porque faço parte de um partido político por opção e defendo este governo nas ruas. Defendo este governo porque sou morador da Zona Oeste do Rio de Janeiro e acompanho... O Vereador Stepan Nercessian colocou aqui que o Prefeito Cesar Maia tem um curral eleitoral – palavras do Vereador –, mas... Não sei se foi isso... Se não foi, perdoe-me. Então, não foi isso, mas disse que o Prefeito Cesar Maia tem lá uma densidade eleitoral imensa. Ninguém tem uma densidade eleitoral imensa se não tiver o reconhecimento da população pelos serviços prestados àquela parcela da população; e sou oriundo dessa região. É por isso que o Prefeito Cesar Maia tem lá...

Há muitos anos, acompanho... Meu pai foi um educador daquela região. Dedicou a sua vida inteira à educação, foi lutar e implantar os seus estabelecimentos de ensino naquela região. Depois, inclusive, nossa família teve, Vereador Stepan Nercessian, um colégio em Campo Grande, que temos até hoje – nossa família não o vendeu. Na ocasião, recebemos muitas propostas, para vendê-lo para um motel, para uma clínica particular, para uma Igreja Evangélica, enfim. Entretanto, esse colégio hoje – porque economicamente sua manutenção ficou

inviável – está locado como uma Instituição de ensino para o Governo do Estado do Rio de Janeiro com cerca de 4.000/5.000 alunos.

Só para que se veja o meu vínculo com a minha região – é neste sentido que faço estas colocações pessoais –, a duras penas e com sacrifício da própria família, certamente com a sua visão empresarial e educacional, meu pai criou no bairro de Bangu um outro estabelecimento de ensino, que é o Colégio Bangu, que foi, com essas mesmas propostas que tivemos, no Governo Leonel Brizola, passado ao Governo do Estado. Hoje está lá como Colégio Estadual Bangu, com tudo o que a nossa família fez. Está lá até hoje, atendendo à população. Cerca de 5.000 alunos diariamente passam por aquela unidade educacional.

Então, temos o sentimento daquela região, e é isso o que me estimula a trabalhar na política com essa visão regional de progresso, de melhoria de qualidade de vida, defendendo a classe média ou a população mais carente. Não faço nenhum tipo de discriminação: defendo qualquer comunidade, bem favorecida ou carente, miserável, enfim. O Vereador Romualdo Boaventura atuará sempre como um sensor da população, porque é desta forma que vejo a política, no sentido de tentar buscar as soluções para os problemas que me chegam, mormente na minha região, com maior densidade e frequência.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de pedir a devida paciência a V. Exa., porque esta discussão enveredou para o lado político, e não posso deixar de discutir as questões políticas.

Devemos também, compreendendo todas as motivações da oposição, mencionar os registros que foram feitos *en passant*, até mesmo pela nobre colega, combativa, opositora ao Prefeito Cesar Maia, Vereadora Andrea Gouvêa Vieira, sobre o equipamento chamado Cidade da Criança, de alto alcance social. Trata-se uma área de lazer das melhores que já foram feitas na nossa região, e ela acenou positivamente com relação à Cidade da Criança. Certamente, há problemas de manutenção, haja vista que, para manter uma cidade e fazer uma manutenção...

E sou crítico com relação a isso. Em recente encontro que tive com o Prefeito Cesar Maia, eu disse a S. Exa. – e o Vereador Prof. Célio Lupparelli estava presente a essa reunião – que o nosso problema na cidade é de manutenção, porque a expectativa da população como um todo – e entendi isso nas suas palavras também, Vereador Stepan Nercessian –, com relação à seriedade com que o Prefeito Cesar Maia sempre tratou a Administração Pública, é a de ver resolvidas algumas questões degradadas pelas dificuldades naturais da administração da cidade. Queremos que S. Exa. assuma e combata isso efetivamente, dando a manutenção de que a cidade precisa.

Acho que o legado dos Governos Cesar Maia é imenso no âmbito da cidade, com relação a investimentos e a equipamentos públicos, mas precisamos resgatar a manutenção. Essa foi a mensagem que levei a S. Exa.: sairá deste último governo unguído se se debruçar sobre a manutenção de tudo aquilo que já colocou nesta cidade, como o Programa Favela-Bairro, projeto de resgate social sem precedentes para a população desta cidade.

É claro que tenho de concordar com o fato de que alguns segmentos não estão tendo a devida atenção na parte da manutenção. Ando na cidade, não estou preso dentro da minha casa. Mas não podemos esquecer o legado – como foi citado pela nobre arquiteta Letícia – das escolas. Tenho, então de fazer o meu papel, o papel de governo, de um governo em que acredito. Certamente, a oposição tem de bater, mas onde está o reconhecimento à política educacional, ao cuidado que o Prefeito Cesar Maia tem com relação à educação nesta cidade?

Há três dias, S. Exa. ampliou um serviço que poucas pessoas citam, mas é um serviço, Vereador Stepan Nercessian, para a nossa região, da maior importância: o chamado ônibus da liberdade. A Zona Oeste ocupa 48% da área física da cidade, e S. Exa. dedicou esse projeto a essa área. Certamente, quando os recursos forem mais favoráveis, esse atendimento poderá ser ampliado para toda a cidade, mas S. Exa. colocou na Zona Oeste por suas características físicas, pelas dimensões da área. E sabe por quê? Porque a Legislação, que deveria ser cumprida pelas empresas de ônibus, no sentido da gratuidade para as crianças uniformizadas da Cidade do Rio de Janeiro, não vem sendo cumprida.

Esse projeto nasceu quando aqui fiz depoimentos dramáticos a respeito de um ônibus de uma concessionária que arrastou e matou uma criança em Cosmos para não atendê-la. Ela era a última a subir; o motorista não quis saber, por causa do número de alunos, arrastou e matou a criança. É um serviço que atende, diariamente, a milhares de crianças. E não é só o ônibus, não; há o monitor, e os motoristas são preparados para esse tipo de serviço. Foi feita uma Licitação de empresas para prestarem esse tipo de serviço. Naqueles horários, os veículos são disponibilizados para aquele serviço, e ninguém consegue fazer uso dos mesmos quando estão servindo às crianças, para que não haja nenhum tipo de influência ou problema na prestação do serviço. Essas coisas precisam ser ditas.

Se o Prefeito Cesar Maia só tivesse feito, ao longo dos seus mandatos, o trabalho que fez na educação – o que não é verdade –, já teríamos de ser-lhe absolutamente gratos.

Vivo na Zona Oeste há 50 anos. Aquela região era uma antes do Prefeito Cesar Maia e é outra depois de S. Exa. As comunidades acreditam no Poder Público. Não é à toa. Vereador Stepan Nercessian, que o Prefeito tem o quantitativo de votos que tem na Zona Oeste.

Para finalizar, eu gostaria de falar sobre a questão do turismo, como V. Exa. colocou aqui. Estive presente à Comissão de Turismo, assim como o Vereador Prof. Célio Lupparelli. Com sinceridade, vi algumas intervenções... Certamente, foi uma das Audiências Públicas em que vi as intervenções mais positivas, mais favoráveis à Política do Turismo. Tivemos aqui algumas oportunidades... Vou, depois da sua fala, procurar no Diário da Câmara a publicação das falas das pessoas que vieram aqui, representando instituições, em apoio à Política de Turismo da cidade. Tivemos o comparecimento do Subsecretário, expondo toda a Política de Turismo da Prefeitura.

Para finalizar, deixo um tema de que eu falava com a Vereadora Andréa Gouvêa Vieira e com o Presidente antes desta Audiência Pública. V. Exa. é um homem de comunicação, Vereador Stepan Nercessian. Hoje temos algumas situações, pontos que deixam esta cidade... Trata-se de uma questão pessoal, da minha visão como uma pessoa de 50 anos que vive nesta cidade. Creio que da Imprensa também é o de apontar situações – um papel fiscalização, crítico. Mas neste estado de coisas não consigo entender o porquê da generalização e não vejo por parte da imprensa mesmo que tenhamos de fazer um plano de *marketing*, pagando pela divulgação dessas discussões, um plano para publicar a grande discussão do Plano Diretor. Com sinceridade, não vi por parte da Imprensa uma única linha no sentido de divulgar alguma coisa. É notícia, Vereador. A discussão do Plano Diretor pela Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro e a vida dos cidadãos daqui a 10 anos. Enfim, isso depende do tipo de políticas que serão estabelecidas, mas não vimos por parte da Imprensa uma linha sequer, um interesse mínimo com relação a essa discussão, para ajudar a cidade, os cidadãos. Vemos bobagens estampadas nas primeiras páginas dos jornais, alardeadas aos quatro ventos e muitas vezes há interesses por trás dessas campanhas. Então, há esse papel.

Há um último item que também quero discutir aqui. Hoje, vi em um dos jornais de circulação da cidade, cinco páginas inteiras com farto material fotográfico, e sabemos que imagens hoje falam mais de que mil palavras. Não adianta: uma imagem é o que fica na cabeça das pessoas. Hoje temos esta cultura da imagem. Quero abordar a questão da violência na Cidade do Rio de Janeiro. Hoje, durante as minhas duas horas e 20 minutos, mesmo de carro – não é só de ônibus –, de travessia da nossa Av. Brasil, eu ouvia pela CBN o Debate sobre esse episódio que ontem parou a Cidade do Rio de Janeiro. A manchete estava bem clara: “Tráfico de drogas paralisa a cidade”. Este é o cerne da questão: a violência não é um problema somente da Cidade do Rio de Janeiro. A violência – e o Prefeito Cesar Maia disse isso com muita clareza na sua intervenção, na sua entrevista na CBN – não é uma prerrogativa nossa. Em todas as capitais, e mais, em cidades já de médio porte, também existe essa mazela.

Uma das soluções, e é uma solução de suporte, é a questão social, sem dúvida nenhuma, mas no estágio em que nos encontramos... E não é um problema municipal. Talvez não fosse um problema nosso, deliberativo, mas é um problema para discutirmos aqui, sim. Por que não? Os munícipes estão sofrendo com o problema da violência. Por que não temos de ter uma participação unânime, uma participação majoritária dos Vereadores para, junto ao Governador, pedi uma providência enérgica com relação a isso? Por que esse tema não é debatido nestas Tribunas, como outros o são, com tanta veemência? Temos de debater a violência, o tráfico de drogas, uma polícia decente, não uma polícia que está lá, para daqui a pouco gerar... Temos cinco ou seis Deputados Estaduais e Federais eleitos porque tiveram visibilidade – ou por outro motivo qualquer – na questão da violência, sem ter resolvido absolutamente nada.

A questão da violência só cresce e desanima a cidade, Vereador Stepan Nercessian, contaminando todos os segmentos, a visão de qualquer tipo de poder que o cidadão tenha, o que está destruindo a nossa cidade. Tem de, ser tomada, na verdade, uma decisão política em nível nacional. Não temos poder de polícia.

Temos o exemplo de Bogotá, na Colômbia. Houve uma intervenção nacional: centenas de milhares de policiais e de elementos do Poder Judiciário que estavam contaminados, comprometidos com a situação foram afastados para que dessem lugar, efetivamente, a forças de seguranças nacionais comprometidas com a Segurança Pública. Enquanto não discutirmos também essa questão com a devida seriedade, vamos ter este estado de ânimo que nos tem contaminado.

Não devo nada a ninguém, graças a Deus. Sento no meu lugarzinho, na birosca onde tomo a minha cerveja, em Campo Grande, de costas para a rua. Não ando com nenhum segurança e nunca andei. Somos eu e o meu motorista, que é evangélico, e mais ninguém. Sinceramente, quem é que fica tranqüilo hoje, na Av. Brasil, quando uma bicicleta encosta ao lado do seu carro? Quem fica tranqüilo hoje com isso?

Então, este estado de coisas está nos levando à consumição, mas sou otimista. Concordo com V. Exa. em diversas colocações com relação ao fato de esta Casa assumir o seu verdadeiro papel: trabalhar com a Legislação, com a nossa prerrogativa. No tocante a isso, quero dizer a V. Exa. que o Prefeito é absolutamente isento. Sua Excelência deixou esta Casa decidir sobre as suas Comissões, sem interferência. Não tem maioria nesta Casa, e V. Exa. sabe bem por que não quer ter maioria nesta Casa: S. Exa. quer que a Casa trabalhe. Se chegar

aqui e determinar onde realizar obras, não terá maioria nesta Casa. Não é esse o procedimento adotado pelo governo para ter maioria. O Prefeito Cesar Maia respeita o Poder Legislativo. Precisamos nos respeitar, como disse V. Exa.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (JORGE FELIPPE) - Agradeço a V. Exa.

Acuso o recebimento de um documento com título, comentários e sugestões, supostamente de autoria da Vereadora Silvia Pontes. Não está assinado pela Vereadora, mas será publicado. A Presidência considerará a proposta e procederá à análise na Comissão.

Não havendo mais Vereador inscrito, agradeço a presença de todos.

Está encerrada a Audiência Pública.

(Encerra-se a Audiência Pública às 12h50)

## **ANEXO A AUDIÊNCIA PÚBLICA**

### **AUDIÊNCIAS PÚBLICAS**

#### **CÂMARA MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO – CMRJ**

Através da Resolução Nº 1.052, de 13 de dezembro de 2006, fixou-se um calendário de Audiências Públicas a serem realizadas pelas Comissões Permanentes, obrigatoriamente, sobre os temas que lhe são pertinentes no Plano Diretor, publicado no DCM Nº 38, de 28 de fevereiro de 2007.

Cabe ressaltar que, em 18 de outubro de 2006, o Exmo. Sr. Prefeito, atendendo ao Art. 452 de Lei Orgânica Municipal, encaminhou a CMRJ o Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar Nº 25/2001, que dispõe sobre a Política Urbana do Município, instituindo o Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro, através da Mensagem Nº 78/2006 – Substitutivo Nº 3, devendo, portando ser apreciada pelo Legislativo Municipal a respectiva matéria.

Comissão Permanente de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira:

1. Vereador Jorge Felipe – Presidente.
2. Vereadora Andrea Gouvêa Vieira – Vice-Presidente.
3. Vereador Romualdo Boaventura – Vogal.

Data: 17/04/2007.

Hora: 10:00h.

Local: Plenário.

Tema: Serão abordados os temas pertinentes a esta Comissão no Plano Diretor.

### **COMENTÁRIOS E SUGESTÕES**

Título III – Dos Instrumentos da Política Urbana.

Capítulo V – Dos Instrumentos Financeiros, Orçamentários e Tributários.

## Seção I – Dos Fundos Municipais.

É proposta nessa seção a regulamentação dos fundos por Lei específica.

Sugestão: definir durante a elaboração do Plano Diretor os respectivos fundos voltados à Política Urbana do Município, de acordo com a sugestão no próprio texto.

### Sub-Seção I – Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano.

O texto propõe sua destinação a projetos relativos à regularização fundiária e urbanística e a recuperação de equipamentos urbanos, basicamente.

Sugestão: é fundamental a apresentação de simulação dos valores da estimativa da arrecadação, para melhor avaliação deste instrumento.

### Sub-Seção II – Fundo Municipal de Conservação Ambiental.

Criado por Lei estabelece como objetivo, projetos de recuperação e restauração ambiental, prevenção de danos ao meio ambiente e educação ambiental.

Sugestão: solicitar a SMAC e ao CONSEMAC um balanço dos recursos dos últimos anos, no sentido de permitir uma avaliação mais precisa deste instrumento.

### Sub-Seção III – Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho.

Criado por Lei trata do apoio e fomento a pequenos e micro-empresendimentos econômicos.

Sugestão: solicitar informações dos resultados, no sentido de permitir uma avaliação mais precisa deste instrumento e seu respectivo impacto econômico.

### Sub-Seção IV – Fundo Municipal de Habitação.

Criado por Lei tem como finalidade dar suporte à implantação dos programas e projetos relativos à implantação de infra-estrutura de saneamento básico e urbanização, reassentamentos de populações situadas em áreas de risco e produção de moradia de interesse social.

Sugestão: cabe uma melhor definição dos recursos provenientes da aplicação dos seguintes instrumentos: outorga onerosa do direito de construir, direito de superfície e concessão real de uso.

### Sub-Seção V – Fundo Municipal de Conservação do Patrimônio Cultural.

Terá por objetivo proporcionar recursos ao planejamento e à execução dos programas da política de Patrimônio Cultural da Cidade.

Sugestão: cabe, igualmente ao item anterior, uma melhor definição dos recursos provenientes da aplicação dos seguintes instrumentos: outorga onerosa do direito de construir, direito de superfície e concessão real de uso.

### Sub-Seção VI – Fundo Municipal de Transportes.

Será regulamentado em conformidade com a Legislação Federal e Estadual sobre a matéria.

Sugestão: apreciar os dispositivos do Plano Diretor Municipal de Transportes com relação ao Fundo.

## Seção II – Do Plano Plurianual.

O texto propõe que as diretrizes do Plano Diretor sejam incorporadas ao Plano Plurianual de Governo.

Sugestão: criar um mecanismo de cruzamento das informações do Plano Diretor como Plano Plurianual.

## Seção III – Dos Instrumentos de Caráter Tributário.

Constitui Instrumentos de caráter tributário o IPTU, Contribuição de Melhoria e Incentivos Fiscais.

Sugestão: garantir no texto do Plano Diretor as condições necessárias à implementação por Lei específica da Contribuição de Melhoria.

## RELAÇÃO DOS PRESENTES

Gisele Almeida de Pinho Brito (F/SOR - Superintendência de Orçamento); Márcia Sheinkman (F/SOR - Superintendência de Orçamento); Daniela Faria (Assessora da Vereadora Andrea Gouvêa Vieira); Roberto Gurgel (Técnico da Comissão de Finanças); Letícia Hazan (Gab. Ver. Rubens Andrade); Patrícia Carvalho (Assessora da Vereadora Andrea Gouvêa Vieira); Gilson Franco (Assessor do Ver. Carlo Caiado); Ricardo Pires Ferreira (Comissão de Finanças); Eliana Junqueira (Assessora do Ver. Prof. Célio Lupporelli); Sidnei Menezes (Rep. Sec. Mun. de Urbanismo); Ricardo Ades (Advogado).